

Artigo

THOMPSON E A PRIMEIRA GERAÇÃO DOS ANNALES: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA A PARTIR DAS NOÇÕES DE ESTRUTURA E PROCESSO EM HISTÓRIA *

Ana Rosa Clochet da Silva **

Resumo: Este artigo analisa comparativamente alguns textos de Marc Bloch, Lucien Febvre e E.P. Thompson, de modo a confrontar algumas de suas principais concepções teórico-metodológicas acerca da disciplina histórica. Uma especial ênfase é dada às noções de *estrutura* e *processo*, apresentadas nas obras desses historiadores, a partir das quais acreditamos ser possível apreender as principais semelhanças e divergências entre suas proposições. Mais que sugerir uma provável interferência da historiografia dos *Annales* no pensamento do historiador marxista inglês, esta discussão visa a apontar a relevância de uma reflexão articulada dessas duas propostas historiográficas.

Abstract: This article intends to build a comparative analysis of some of Marc Bloch, Lucien Febvre and E.P. Thompson's texts, making a confrontation between some of their main theoretical-methodological conceptions about the historical discipline. A special emphasis is given to the notions of *structure* and *process*, presented in these historians' works, from which we believe it becomes possible to remark some of the main similarities and divergences between their propositions. More than suggesting the existence of a possible interference of the *Annales* historiography over the English Marxist historian's thought, this discussion tries to bear out for the relevance of an articulated reflection on these two historio-graphic proposals.

* Agradeço ao prof. Dr. Sidney Chalhoub e a profa. Dra. Isabel A. Marson pelas colaborações e sugestões oferecidas ao longo de seus cursos de pós-graduação.

** Doutoranda em história social pela Unicamp.

Palavras-Chave: Marc Bloch – Lucien Febvre – E. P. Thompson – *Annales* – estrutura – processo – experiência.

Keywords: Marc Bloch – Lucien Febvre – E. P. Thompson – *Annales* – structure – process – experience.

Introdução

Num artigo publicado na *Review*, em 1978, P. Burke discute a questão da adequação ou não dos *Annales* como paradigma a ser seguido pela historiografia social britânica e, particularmente, pelos historiadores de tradição marxista. Nesse artigo, o autor constata um desconhecimento por parte dos historiadores ingleses dos trabalhos produzidos na França por historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre, desconhecimento este que teria perdurado até a década de 1950¹.

Uma primeira reação aos *Annales* teria ocorrido nessa década, sendo, porém, caracterizada por Burke como uma “reação negativa”, na qual tanto o desconhecimento de termos e conceitos utilizados pelos franceses (o que ele chama de “barreira conceitual”) quanto o medo das grandes generalizações dos *Annales*, bem como a excessiva preocupação destes com as questões de metodologia (em contraposição ao “empirismo” britânico), teriam propiciado um contato pouco construtivo entre essas duas historiografias. No entanto, conforme ressalta Guy Bois, esse contato não deve ser focado unidirecionalmente: se por um lado houve pouca assimilação dos *Annales* na historiografia marxista até a década de 50, por outro, já por essa época, a historiografia francesa sofria uma influência indireta do marxismo. Segundo ele, “foi como método de análise unindo economia e história que o marxismo influenciou na França a ciência histórica”², no período em questão, destacando-se nesse processo de “penetração difusa” do marxismo, historiadores como Ernest Labrousse e Marc Bloch.

¹ Eric Hobsbawm questiona esse suposto atraso na assimilação dos *Annales*, pela historiografia britânica, em comentário ao texto de P. Burke.

² A citação é extraída por Guy Bois de *A História Hoje*, de Jean Bouvier (cf. Bois, 1993: 245).

A década de 60, por sua vez, marcaria aquilo que Burke caracteriza como a “reação positiva” dos historiadores britânicos aos *Annales*, em que, graças às traduções de algumas obras francesas, à maior abertura a trabalhos estrangeiros, bem como ao aumento da interdisciplinaridade nas universidades inglesas, foi possível um maior conhecimento do que se processava na historiografia francesa e, simultaneamente, a elaboração de uma crítica construtiva desta. Por outro lado, é a partir da década de 60 que a influência indireta do marxismo na História Nova passa a se dar sob formas renovadas. Conforme destaca Guy Bois, o “elemento novo é que essa influência não se limita mais apenas ao domínio econômico-social: ela se estende ao conjunto das instâncias da vida social”³. Nessa influência indireta, destacam-se mais recentemente as contribuições diretas do marxismo à historiografia francesa, mediante “historiadores que se referem explicitamente ao materialismo histórico, que conduzem suas pesquisas no âmbito de suas hipóteses gerais e cujo esforço principal tem por objeto um problema dado: a articulação entre História e determinada ciência humana, ou a abertura de novos campos históricos”⁴.

Nesse processo de interferência mútua entre o marxismo e a historiografia francesa, ainda que diferentes grupos de historiadores britânicos tenham assimilado esta última de formas também diversas, e, ainda que Bloch tenha sido sempre uma influência mais marcante que Febvre nesse processo de assimilação, Burke destaca a especial recepção dos historiadores britânicos marxistas à historiografia dos *Annales*⁵. Uma recepção, segundo Hobsbawm,

³ Segundo Bois (1993: 246), os historiadores franceses passam a utilizar, ainda que implicitamente, o conceito de modo de produção, assim como incorporam o conceito de ideologia – como é o caso de Jacques Le Goff e de Georges Duby.

⁴ É o caso de historiadores como Régine Robin, em *História e Lingüística* e Michel Vovelle, em *História das Mentalidades*.

⁵ De acordo com Guy Bois (1993: 249-250), essa interferência reflete a obra de historiadores marxistas “plenamente conquistados” pela utilização dos novos métodos, e cuja preocupação central é fazer a metodologia marxista progredir. Destacam-se, nesse sentido, os trabalhos do historiador alemão Hans Medick, e do antropólogo marxista francês Maurice Godelier.

amigável e até mesmo “cooperativa” – e que é de estranhar dado o caráter geralmente fechado dos marxistas às escolas de outras tradições.

Foi nesse contexto mais geral da assimilação dos *Annales* pela historiografia britânica e, particularmente, pelos historiadores marxistas, que E.P. Thompson elaborou um de seus principais trabalhos históricos: *A Formação da Classe Operária Inglesa*, de 1963. Neste, muitas das questões teóricas e políticas subjacentes à análise de Thompson já aparecem desenvolvidas, ainda que uma discussão mais explícita seja feita basicamente no prefácio da obra.

No entanto, muitas dessas questões são retomadas e mais bem elaboradas em seus trabalhos posteriores, destacando-se dentre estes o texto *A Miséria da Teoria*, de 1978. Nesse trabalho, Thompson sistematiza, a partir de uma crítica ao “estruturalismo althusseriano”, suas próprias concepções sobre a disciplina histórica – discutindo questões relativas tanto ao objeto desta última quanto a seus métodos de investigação – a partir de um enfoque que busca resgatar a própria teoria marxista em sua originalidade.

Nesse esforço de explicitar seus pontos de vista teórico-metodológicos em relação à disciplina histórica, Thompson se vale, em diversos momentos do texto, de referências ao historiador francês Marc Bloch, revelando profundas convergências em relação à concepção deste último sobre os temas que definem o “ofício do historiador”. Thompson (1981: 29) chega mesmo a referir-se a Bloch como “aquele formidável praticante do materialismo histórico”. Em outros momentos do texto (pp. 82 e 104), demonstra estar a par dos trabalhos publicados na revista dos *Annales* (*Annales E.S.C.*) e critica Althusser pelo fato de este ignorar a produção historiográfica francesa, referindo-se particularmente ao método comparativo de Bloch e à noção de tempo histórico de Braudel.

Uma análise mais detida da *Miséria da Teoria*, comparativamente a alguns dos textos elaborados pelos fundadores dos *Annales* (Marc Bloch e Lucien Febvre), revela muito mais convergências entre os paradigmas históricos por eles propostos, que aquelas explicitamente ressaltadas por Thompson. Estas convergências sugerem, para além de uma simples

coincidência teórica entre os historiadores dessas duas tradições, o importante papel referencial que os trabalhos dos *Annales* tiveram na obra de Thompson, particularmente o texto *Introdução à História*, diversas vezes citado pelo autor, texto que foi elaborado por Bloch no final de sua vida e sistematiza suas concepções sobre a natureza e os métodos da disciplina histórica.

Além disso, uma leitura comparativa desses dois textos, tendo como referência outros trabalhos dos *Annales* (alguns trabalhos históricos de Bloch e Febvre, bem como os textos deste último reunidos sob o título de *Combates pela História*) e de Thompson (particularmente seu estudo *A Formação da Classe Operária Inglesa e Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial*), revela que grande parte das diferenças e similitudes entre esses historiadores podem ser apreendidas se nos detivermos num exame mais atento de suas noções de estrutura e processo em história. Conforme procuraremos analisar neste trabalho, essas noções delimitam os dois focos de questões que estão sendo criticados tanto pelos *Annales* (em sua oposição à história-tradicional) quanto por Thompson (em sua crítica ao estruturalismo althusseriano), a partir dos quais se delineiam seus próprios métodos e concepções mais gerais acerca da natureza do conhecimento histórico.

Dessa forma, partindo dos contextos mais gerais que marcaram a emergência das obras de Febvre e Bloch (com especial ênfase neste último, que é explicitamente citado na *Miséria da Teoria*) e de Thompson – identificando aí seus principais interlocutores, em oposição aos quais se elaboraram suas “apologias” da disciplina histórica – o objetivo deste artigo será relacionar suas noções de *estrutura* e de *processo histórico*. Perseguindo este objetivo, teremos a oportunidade de resgatar suas principais propostas acerca do objeto e métodos de investigação da disciplina histórica.

Contexto e Interlocutores

A revista *Annales*, criada em 1929, emergiu num contexto de oposição – que vinha sendo gerado desde o final do século XIX – ao que se denominou “história tradicional”: uma história ligada ao nome de Leopold

von Ranke, que desbancava a história sócio-cultural do século XVIII, centrando-se na narrativa dos acontecimentos políticos, a partir da vida de grandes personagens históricos⁶. Nesse contexto de crítica à história política, característico da virada do século, o debate essencial travado no interior das ciências sociais girava em torno da própria instituição da história como ciência humana, da legitimidade de suas pretensões científicas e, de forma mais abrangente, da própria definição de ciência.

Um debate em que se encontravam, de um lado, aqueles que, valendo-se de uma concepção do conhecimento própria ao mundo físico, negavam ao conhecimento histórico a capacidade de responder a critérios reconhecidamente científicos. Essa posição abrangia tanto o grupo dos sociólogos reunidos em torno de Émile Durkheim, que atribuíam a capacidade de elaboração de uma “ciência da evolução humana” apenas à sociologia – o que significava ignorar o “evento” e boa parte da “vida mais intimamente individual” – quanto os “historiadores historizantes”, formadores dessa história tradicional, os quais, não “conseguindo inserir a história nos quadros do legalismo físico”, negavam-lhe a possibilidade de ser reconhecida como conhecimento científico. De outro lado, situavam-se os historiadores que expressavam uma nova concepção de ciência, mais voltada para as “probabilidades” e para a “relatividade” e que, nestes termos, procuravam instituir a história como disciplina científica⁷. Era nesta nova concepção que se inseriam os principais fundadores dos *Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre.

⁶ Segundo P. Burke (1992: 18-19), mesmo no século XIX alguns historiadores discordaram dessa história tradicional, destacando-se entre eles Michelet e Burkhardt e, fundamentalmente, os historiadores econômicos, os “opositores mais bem organizados da história política”.

⁷ Segundo Bloch (1965: 22), os estudiosos estavam, a partir de então, “muito mais preparados para admitir que um conhecimento merece o nome de científico ainda que não seja suscetível de demonstrações euclidianas ou de imutáveis leis de repetição. Aceitamos muito mais facilmente fazer da certeza e do universalismo uma questão de grau”.

Neste sentido, estes historiadores não apenas estiveram profundamente influenciados pelas correntes do debate prévio à fundação da revista, como colocaram em prática e reelaboraram vários dos programas por elas lançados. Conforme destaca Burke (1992: 12), eles perseguiram três idéias diretrizes: a substituição da história tradicional por uma história-problema; a defesa de uma “história total” das atividades humanas (em lugar da história política) e, para levar a cabo esses dois pontos, a interdisciplinaridade.

Redefinir o papel central da história no interior das ciências sociais a partir dessas diretrizes básicas implicava, por sua vez, a própria discussão teórica acerca da natureza da disciplina histórica, tanto no que diz respeito a seu objeto de estudo quanto, e fundamentalmente, no que se refere a métodos de investigação compatíveis com as pretensões de uma história explicativa, que almejava o estatuto científico⁸.

A partir desse contexto mais geral da emergência dos *Annales*, podemos nos perguntar em que medida ele guarda similitudes e diferenças em relação ao contexto de emergência da obra do historiador marxista inglês E.P. Thompson. Para tanto, devemos considerar os fatores mais gerais que propiciaram a confluência entre a historiografia marxista – e mais particularmente o marxismo britânico – e a historiografia francesa, conforme apontado mais acima.

Em primeiro lugar, deve-se ter em conta o fato de o marxismo aspirar “a uma visão global, coerente e dinâmica dos processos sociais” (Bois, 1993: 241), tendendo assim a uma “história total”, que engloba simultaneamente os diversos aspectos da vida social (econômico, político, social, mental). Dessa forma, conforme destaca Guy Bois, o marxismo apresenta uma vocação para a interdisciplinaridade – uma das diretrizes

⁸ É neste sentido que Bloch (1965: 28) afirmava, na década de 40, a idéia de que a história deveria ser entendida como “uma coisa em movimento” e, mais que descrevê-la, o importante era dizer como espera esta ciência “fazer-se progressivamente”. Uma “ciência da diversidade e do plural”, que tem como objeto “os homens no tempo” e que “não se define apenas por seu objeto, mas pelos métodos de investigação”.

básicas da historiografia dos *Annales*. Além disso, conferindo um papel central às classes sociais e à sua luta no “movimento das sociedades”, o marxismo se volta mais para a análise das “estruturas” que para os “acontecimentos superficiais”, mais para o “coletivo”, que para o “individual”, mais para o “cotidiano” que para o “acidental”, pontos estes que também convergem com as novas diretrizes dos *Annales* na crítica à história tradicional (cf. Bois, 1993: 245).

De modo mais específico, podem-se destacar vários outros fatores que propiciaram a recepção dos *Annales* na Inglaterra, num período até mesmo anterior ao identificado por Burke. Reconhecendo o contato com essa historiografia desde a década de 30, Hobsbawm (1978: 158) destaca a importância da presença de Bloch em Cambridge, por essa época, quando já era reconhecido como “o maior medievalista”. Além desse fato localizado, o contato entre essas tradições historiográficas teria sido propiciado pela importância adquirida entre os “jovens marxistas” pela história econômica e social, através da qual teria havido uma “direta influência e relação do grupo dos *Annales* na história britânica”, até a geração de Burke.

Hobsbawm (1978: 159) cita ainda como fator propulsor do contato entre essas duas historiografias a existência de um foco temático comum a ambas, no período do pós-guerra: o interesse pelo período de “desenvolvimento do mundo moderno”, nomeadamente a economia dos séculos XVI e XVII. Na Inglaterra, esse interesse foi suscitado, em grande medida, pelo debate Dobb-Sweezy (acerca da questão da “transição” do feudalismo para o capitalismo) levando a um contato com os trabalhos desenvolvidos na França, por Febvre e Braudel, sobre os séculos em questão. Por último, vale notar, o contexto de confluência entre marxismo e *Annales* representou um momento em que tanto estes quanto os marxistas britânicos estavam lutando num mesmo campo, ou seja, buscando desbancar a história tradicional, que ainda predominava na Inglaterra nas décadas de 50 e 60, na tentativa de instituir uma “história total”.

No entanto, é importante destacar que, no que diz respeito a essa comparação entre a obra de Thompson e a dos *Annales* (Bloch e Febvre), a

percepção do “inimigo comum”, se assim podemos entender o significado da história tradicional para ambos, dava-se a partir de enfoques e momentos bastante distintos. No contexto da década de 30, os *Annales* fundavam uma nova corrente historiográfica, a partir de uma crítica mais geral a toda uma tradição histórica que vinha sendo praticada durante o século XIX. Tratava-se, conforme já destacado, de um embate direto com a “história historicista”, factual e linear. Uma “luta de poder” no seio das ciências humanas, na qual o que estava em questão não era propriamente a constatação de uma crise no interior da disciplina histórica, mas o estabelecimento dos termos de um debate que visava a própria instituição da história como disciplina, o papel desta no âmbito das ciências sociais, a reelaboração do conceito de ciência e o estabelecimento de métodos adequados aos objetivos de uma disciplina que visava não mais apenas a “saber”, mas a compreender e a explicar.

Nesse contexto, portanto, os *Annales* emergiam como uma nova “escola” historiográfica – apesar de esta designação ter sido foco de muitas controvérsias –, em que a grande polémica não era travada com os marxistas, mas com a historiografia liberal do século XIX. Outros, porém, serão os interlocutores de Thompson, no momento em que este desenvolverá sua obra.

Desde seu rompimento com o Partido Comunista Inglês, em 1956, e a fundação, juntamente com outros membros dissidentes do partido, do *The Reasoner*, um jornal crítico às tendências “antidemocráticas” e de “linha pró-soviética”, Thompson passou a afirmar suas proposições políticas – definindo-se como um “democrático” e um “comunista libertário” – tendo colaborado na construção do movimento político conhecido internacionalmente como a *New Left* (cf. Abelove, 1982: 135). Da mesma forma, passou a desenvolver suas principais noções conceituais e metodológicas acerca da disciplina histórica, as quais apareceriam de modo mais elaborado em seus trabalhos posteriores.

É neste sentido que *A Formação da Classe Operária Inglesa*, escrito em 1963, pode ser entendido como o primeiro trabalho em que Thompson desenvolve tais questões. Nessa obra, ele afirma sua posição contrária à dos intelectuais de esquerda pertencentes ao PC inglês, apresentando uma noção

de classe trabalhadora não como simples reflexo de uma base infra-estrutural condicionante, mas como – ainda que “pressionada” pelas circunstâncias – fazendo-se a si mesma num processo conflituoso, entre 1780 e 1830. De modo mais geral, podemos dizer que o embate de Thompson, já nesse trabalho, dava-se contra as vertentes do marxismo e das ciências sociais, caracterizadas pelo “determinismo econômico e pela negação da ação humana” (cf. Kaye, 1989: 160). Estas questões seriam perseguidas em outros trabalhos de Thompson e, em 1978, retomadas e exaustivamente discutidas na *Miséria da Teoria* que, conforme o próprio autor prometera em entrevista concedida dois anos antes, teria como finalidade apresentar explicitamente as proposições políticas subjacentes à sua obra⁹.

Portanto, o contexto de emergência dos trabalhos de Thompson é aquele em que, falando do interior da tradição marxista inglesa, num momento em que a história já se instituía como disciplina, constatava-se uma crise teórica e política nessa tradição, atribuída em grande medida ao êxito do materialismo histórico, o qual proporcionara uma certa “letargia conceitual”. Isto teria levado, segundo Thompson, a uma negligência das próprias linhas teóricas da história e, no momento em que haveria novos avanços, houve um ataque pela própria historiografia que se pretendia “mais marxista que o próprio Marx”: tratava-se da crítica de Louis Althusser e

⁹ Segundo Ablove (1982: 132), essa promessa havia sido feita por ocasião de uma entrevista concedida por Thompson à *Radical History Review*, em 1976, quando o historiador foi indagado sobre a existência ou não de um intento político em seus escritos históricos. De acordo com Ablove, *A Miséria da Teoria* é uma “fonte de luz nos escritos históricos de Thompson”, em que o autor investe contra quatro oponentes: além do alvo central anteriormente destacado – o “estruturalismo althusseriano” –, haveria uma crítica aos intelectuais ocidentais da era da guerra-fria, “que ajudaram tornar ‘apatia’ em ‘ideologia’”; uma crítica mais específica aos contribuidores da *New Left Review*, que catalisaram a ação da classe operária, tida como desconhecadora do marxismo; e contra Leszek Kolakowski que, de admirável “marxista crítico do Stalinismo”, teria passado a “negar ao marxismo todo potencial humanista”. Entre esses oponentes, no entanto, o livro acaba centrando-se na investida contra a teoria de Althusser, por suas implicações tanto teóricas quanto políticas, uma vez que estas não se dissociam.

seus seguidores, que submetia o materialismo histórico a um severo questionamento, devido a seu suposto “empirismo” e à própria natureza do objeto histórico, tido como incognoscível (cf. Thompson, 1981: 9-10).

As críticas de Althusser, segundo Thompson, foram aceitas sem grandes questionamentos, como mais um “marxismo”, quando na verdade o que ele fazia era oferecer, no lugar do materialismo histórico, um teorismo a-históri-co. Nesse ponto, Thompson também se confrontava com uma dada concepção de ciência própria ao mundo físico: trata-se de procedimentos teóricos derivados da filosofia cartesiana, segundo a qual uma idéia é tida como verdadeira apenas na medida em que concorda com seu original na natureza¹⁰.

Dessa forma, a crítica de Thompson dirige-se a uma das vertentes do marxismo, mais precisamente ao estruturalismo althusseriano, que concebe o conhecimento histórico a partir de uma perspectiva puramente filosófica – emergindo totalmente do âmbito do pensamento –, de modo que a “verdade histórica” só poderia ser revelada por meio da prática teórica¹¹. Não se

¹⁰ Ao assumir essa posição, Thompson (1981: 24 e 30-31) investe contra a concepção de Popper acerca do conhecimento histórico. Popper, utilizando-se do critério da prova experimental, próprio às ciências naturais, concluiria que os fatos em história não são empiricamente verificáveis e, dessa forma, o passado sobrevive ou de maneiras arbitrárias ou de maneiras que impõem uma determinada pressuposição ao investigador. A história, desta forma, não é vista como passível de um conhecimento objetivo, de modo que qualquer conhecimento em história deve ser entendido como expressando apenas um “ponto de vista” – uma concepção de ciência e de conhecimento científico muito próxima daquela que os historiadores dos *Annales*, conforme apontado anteriormente, buscavam desbancar.

¹¹ Rejeitando qualquer modo empírico de prática intelectual, entendido por Althusser como “empirismo”, Thompson (1981: 22) entenderia como sendo o papel de qualquer ciência a elaboração de “fatos científicos” (a própria teoria) a partir de “fatos ideológicos” (a forma como as evidências se apresentam). Neste sentido, Thompson considerava a ciência como uma “cesura epistemológica” com relação a uma pré-história ideológica. Trata-se de uma prática teórica idealista, na medida em que nela o universo conceitual impõe sua idealidade ao mundo material, ao invés de com ele travar um constante diálogo.

tratava de instituir uma “nova escola” historiográfica em oposição a uma outra, como era o caso dos *Annales*; tratava-se, antes, de uma dissidência dentro da tradição marxista inglesa, visando a recuperar a própria “originalidade” da teoria de Marx.

Percebemos, assim, que, apesar das diferenças de contextos e de interlocutores entre os *Annales* e Thompson, as críticas deste ao estruturalismo althusseriano revelam um grande paralelismo não apenas com as críticas dos *Annales* aos “filósofos da história” – o termo “filósofo” referindo-se quase sempre aos sociólogos –, por não considerarem as especificidades mais concretas das realidades sociais, preferindo trabalhar com grandes modelos abstratos elaborados a partir do pensamento filosófico, mas também com as críticas mais diretas à história historicista. Em ambas as tradições (historicista e marxista althusseriana), utilizava-se um conceito de ciência (e noções de conhecimento) próprio às ciências naturais e inadequado ao objeto da disciplina histórica.

No entanto, é importante ressaltar que, embora as concepções de ciência e de conhecimento criticadas por Thompson e pelos *Annales* em muito se aproximem, o primeiro rejeitava, diferentemente destes últimos, a designação da História como ciência, pois, segundo ele, ela difere em muito de outros conhecimentos, e tal designação só havia sido motivo de confusão (cf. Thompson, 1981: 49). Neste sentido, o que Thompson reivindicava era muito mais o reconhecimento de formas não científicas do conhecimento, as quais, mesmo não obedecendo a critérios consagrados pela ciência, revelavam uma lógica própria que garantia sua validação social.

Podemos dizer, ainda, que tanto os historiadores dos *Annales* quanto Thompson estavam fazendo, nos diferentes momentos em que elaboraram suas obras, uma história engajada – ou seja, seus trabalhos históricos não deixavam de refletir uma preocupação política posta a partir do presente. É nesse sentido que tanto Febvre – no ataque às obras de Spengler e Toynbee, tidos como “filósofos da história” – quanto Thompson – nas críticas a Althusser – procuram compreender o conteúdo e as repercussões dessas obras a partir do contexto político no qual emergiram.

No primeiro caso, o sucesso da obra de Spengler é explicado com base nas “necessidades de uma Alemanha já então em gestação do que iria se tornar o nacional-socialismo hitleriano” (cf. Febvre, *s.d.* (b): 132). Sua proposta histórica atendia à “inquietação intelectual dos burgueses de após-guerra”, na medida em que apresentava uma “história totalitária”, que dava conta de grandes períodos passados, em lugar da especialização monográfica, predominante na Alemanha de até então¹². Da mesma forma, o trabalho de Toynbee não é entendido como “idéias desinteressadas de um homem de ciência”, estando também permeado de “segundas intenções políticas, a um só tempo conscientes e determinantes”(cf. Febvre, *s.d.* (b): 137). Ainda nesse contexto dos *Annales*, o principal trabalho de Bloch aqui analisado (*Introdução à História*), foi elaborado no contexto da invasão nazista na França, período durante o qual o próprio Bloch esteve engajado nas forças da resistência (sendo posteriormente aprisionado e fuzilado pelos nazistas).

No caso das críticas de Thompson a Althusser, o sucesso deste é explicado a partir do contexto da Guerra Fria, que teria substituído o evolucionismo (a idéia de progresso técnico e econômico) e o voluntarismo (liberalismo autêntico e romântico), entendidos como “ilusões de época” anteriores, por um estruturalismo que, bebendo no próprio vocabulário burguês, expressava o contexto de cristalização de duas estruturas antagônicas, pouco maleáveis à ação individual (cf. Thompson, 1981: 84-86). Segundo Thompson, o contexto no qual emergiu Althusser foi o da tentativa internacional de reimposição da ortodoxia stalinista, a qual se levantava contra o “socialismo humanista”¹³ da União Soviética, visto como

¹² Segundo Febvre (*s.d.* (b): 134-135), Spengler apresentava inimigos comuns a seus leitores (os futuros nazistas), ou seja, “a democracia, o liberalismo burguês e o marxismo”, de forma que seu sucesso não era o de um “historiador analista e dedutivo, mas de um profeta, de um mago, de um visionário perfeitamente adequado às necessidades da Alemanha agitada do período compreendido entre 1922 e 1929”.

¹³ Thompson refere-se ao período Krushev, após o XX Congresso do Partido Comunista Russo em 1956, quando houve uma reavaliação do culto à personalidade e a denúncia dos crimes de Stalin.

um conceito burguês, “direitista”, só adaptável às circunstâncias específicas daquele país. Dessa forma, Althusser representava uma tentativa de restabelecer o stalinismo dentro da teoria (cf. Thompson, 1981: 139-150). Na Inglaterra, as influências desse stalinismo teriam impregnado o próprio movimento operário – causando sua paralisia –, bem como a esquerda intelectual, que se viu segregada da teoria, sem contato com a experiência da luta prática (Thompson, 1981: 204).

Essa atitude – elaborar a crítica a seus contendores a partir do resgate da historicidade de suas obras – revela ainda um ponto comum entre as obras de Thompson e a dos *Annales*: em ambos, há uma preocupação não em julgar, mas em compreender. Uma atitude que, conforme veremos mais adiante, expressasse no próprio método de investigação por eles proposto. Mesmo utilizando-se de um método polêmico na elaboração de suas críticas – o qual aparece tanto na *Miséria da Teoria* quanto, por exemplo, em *Combates pela História*, de Febvre – essa polêmica não implica uma crítica descontextualizada, puramente ideológica. Não que Thompson e os historiadores dos *Annales* deixem de apresentar um julgamento pessoal a respeito de seus interlocutores, mas este é um julgamento baseado na explicação, na historização¹⁴.

Estas são, portanto, as similitudes e diferenças mais salientes no que diz respeito aos contextos de emergência, bem como aos interlocutores dos *Annales* e de Thompson. Passaremos agora a um estudo comparativo de algumas das concepções desses historiadores sobre as questões mais específicas da natureza da disciplina histórica e dos métodos de investigação por eles propostos, a fim de apreender suas concepções de estrutura e de processo em história.

¹⁴ Referindo-se à obra de Spengler, Febvre (*s.d.* (b): 131-132) afirma: “Não julgemos; julgar não é próprio de um historiador; tentemos compreendê-lo, o que significa, no caso, colocar o seu livro, e seu sucesso, em relação com as necessidades de uma Alemanha já então em gestação do que iria se tornar o nacional-socialismo hitleriano”.

As noções de estrutura e de processo em História

Entender as noções de estrutura e de processo, tais como aparecem nas obras dos *Annales* (Febvre e Bloch) e na de Thompson, remete-nos necessariamente ao resgate das suas concepções mais gerais acerca da natureza e dos métodos de investigação da disciplina histórica, uma vez que é a partir destas que se pode apreender o sentido por eles atribuído às duas noções. Particularmente no que se refere aos *Annales*, em que as questões teóricas são, freqüentemente, desenvolvidas e apresentadas ao longo dos próprios trabalhos históricos, havendo pouco esforço em sistematizá-las separadamente da prática historiográfica, acreditamos ser necessário perseguir alguns desses trabalhos, a fim de apreender o modo pelo qual as noções de estrutura e de processo delineiam-se a partir da aplicação do método que eles propõem.

Conforme apontamos anteriormente, a proposta inovadora trazida pelos *Annales* era, em linhas gerais, a da substituição da historiografia tradicional – com seus métodos positivistas de análise, sua concepção linear de tempo histórico e sua pretensão puramente narrativa – por uma história-problema, com objetivos explicativos. O significado desta proposta, bem como suas implicações em termos dos métodos de investigação da disciplina histórica, devem ser entendidos a partir da própria definição do objeto histórico nas visões de Bloch e Febvre, tanto quanto da forma como estes autores concebiam a relação entre presente (tempo do historiador) e passado (tempo do objeto).

Em sua *Introdução à História*, escrita em 1941, Bloch (1965: 29-30) sintetiza essas duas idéias afirmando, primeiramente, que a história é a ciência “dos homens no tempo”, o qual deve ser entendido não apenas como “mais uma medida”, como o era para muitas ciências, mas como “o próprio plasma em que se banham os fenômenos e como que o lugar da sua intelegibilidade”. Em outras palavras, nessa concepção o tempo cumpre o papel de *contextualizar o objeto* histórico, muito mais que o de precisar os momentos de suas ocorrências e, nesse sentido, explicar um determinado fenômeno, uma “consciência estranha”, conforme afirmava Bloch: significa penetrar a realidade passada, apreendendo-a em suas múltiplas atividades, resgatando o homem em sua unidade (1965: 132).

Explicar, portanto, envolve a perspectiva da *globalidade*, a apreensão da realidade passada na complexidade de seus aspectos e, ao mesmo tempo, exige do historiador um despojamento de valores e idéias preestabelecidas a partir do seu próprio tempo – despojamento este crucial para evitar o “pecado entre todos irremissível: o anacronismo” (cf. Bloch, 1965: 123)¹⁵.

Mas, se por um lado esta é a pretensão de uma história explicativa, por outro, esses historiadores reconheciam os limites dessa relação entre presente e passado, dado que uma das principais peculiaridades do conhecimento histórico é o fato de este se dar por meio de “vestígios” legados pelo passado. Em outras palavras, trata-se de um conhecimento indireto, que só nos revela o passado parcialmente, uma vez que este é um “tirano”, que permite aos historiadores apenas dele conhecer o que ele próprio lhes confiou (cf. Febvre, s/d: 52-56). Neste sentido, dado o caráter fragmentário dos documentos, em contraposição às pretensões de uma “história globalizante”, tudo deve ser convertido em fonte utilizada na explicação desse passado, o que implica a necessidade de empregar diferentes técnicas para cada tipo de testemunho – o que reforça a defesa do *trabalho em equipe* entre pesquisadores de diferentes disciplinas, ou ainda, da própria *interdisciplinaridade*.

Nesta concepção da relação presente-passado própria aos *Annales*, destaca-se ainda a forma peculiar como estes entendem o tratamento dado às fontes: estas devem ser, antes de tudo *interrogadas*, “forçadas a falar, mesmo contra sua vontade”, o que impõe a necessidade de elaborar um “questionário” no processo da investigação histórica (cf. Febvre, s/d: 60). Dito de outro modo, na concepção dos *Annales*, os fatos não existem em estado acabado, prontos para ser apreendidos pelo historiador, ao qual revelariam a história “tal qual ela aconteceu”. Conforme afirma Febvre (*s.d.*

¹⁵ A expressão “pecado do anacronismo” é utilizada por Febvre (*s/d* (a): 15-16) na sua introdução ao estudo do pensamento de Rabelais. Nesse caso, o “problema do método”, tal qual definido por Febvre, é exatamente a tentativa de penetrar a consciência de um homem do século XVI, procurando identificar as marcas impressas de uma época estranha ao historiador, e fazê-lo de modo a desvendar a forma como esse homem foi compreendido por seus contemporâneos.

(a): 105), em se tratando de história, “é o historiador que os forja” e não o “passado” (cf. Febvre, s/d: 11-13).

As questões por meio das quais as fontes são abordadas emergem, por sua vez, a partir do próprio contexto do historiador, ou ainda, das condições específicas da produção do conhecimento histórico. São, portanto, questões colocadas a partir do presente e que devem ser revistas à medida que este se transforma. Conforme afirma Febvre (s/d: 11-13), o historiador não é aquele que “sabe, mas o que procura... e, conseqüentemente, o que põe em causa as soluções adquiridas, que revê, quando é preciso, os velhos processos”, de modo que “cada época fabrica mentalmente, não só seu universo, como a sua representação do passado”¹⁶. Isto implica que o conhecimento histórico é datado, ou ainda, que se trata de um conhecimento *historicamente construído*, que nunca se pretende definitivo.

Além disso, conforme afirma Bloch (1965: 55), se por um lado essa “construção” revela que o conhecimento histórico se dá a partir de uma “escolha refletida”, em que o historiador já parte de hipóteses previamente estabelecidas, por outro lado ela significa que tal escolha deve ser “extremamente maleável”, moldável a partir do próprio *diálogo* que vai sendo estabelecido com os documentos, no decorrer do processo de investigação. A noção de que o conhecimento é construído implica, assim, uma concepção não positivista do conhecimento histórico, contrária à praticada pela história tradicional.

Dessa forma, percebemos que as linhas básicas do método de investigação histórica e do próprio objeto dessa disciplina, tais como

¹⁶ Podemos no entanto dizer que se trata de um conhecimento limitado, uma vez que a apreensão da realidade passada se dá de acordo com as condições de atuação do historiador, mas que ela não deixa de ser uma apreensão real do passado, dado que os documentos impõem sua materialidade ao presente, de modo que o estatuto ontológico do passado não é modificado pelas condições atuais de produção do conhecimento. Segundo Bloch (1965: 61), “o passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa”. Neste sentido, marca-se uma fundamental cesura entre história e ficção.

propostos pelos *Annales*, vão no sentido de resgatar a intelegibilidade do contexto específico a cada fenômeno histórico estudado; um contexto que, apesar de só se revelar através de fragmentos e cujo conhecimento está constantemente sendo revisto, não deixa de ser passível de uma apreensão racional pelo historiador, de modo a desvendarem-se as articulações específicas das múltiplas atividades que o compõem. Diversamente da história tradicional, portanto, que se prendia à superficialidade dos eventos e ao estabelecimento de uma causalidade linear entre eles, a grande inovação dos *Annales* situa-se na ênfase dada à análise *sincrônica*, como forma de atender às pretensões explicativas da história.

Em que medida, portanto, é possível relacionar essas noções acerca do conhecimento histórico às apresentadas por Thompson em sua *Miséria da Teoria*, escrita mais de três décadas depois das obras de Bloch e Febvre? Começemos a comparação pelos aspectos comuns às concepções de método dessas duas historiografias.

No capítulo dedicado à análise dos conceitos de estrutura e de processo, tais como estes estariam sendo definidos pelo “marxismo” althusseriano, Thompson (1981: 82) expõe o que entende ser o objeto de investigação proposto pelo materialismo histórico. Segundo ele, “o materialismo histórico propõe-se a estudar o processo social em sua totalidade; isto é, propõe-se a fazê-lo quando este surge não como mais uma história ‘setorial’ (...) mas como uma história total da sociedade, na qual todas as outras histórias setoriais estão reunidas. Propõe-se a mostrar de que modos determinados cada atividade se relacionou com a outra, qual a lógica desse processo e a racionalidade da causação”.

Esta citação nos revela, assim, uma proximidade muito grande com a proposta dos *Annales*, ou seja, a de produzir uma “história total”, que desse conta das diferentes atividades humanas, de forma a resgatar a lógica própria aos contextos dos fenômenos analisados. Segundo Thompson (1981: 82), essa pretensão do materialismo histórico teria duas implicações imediatas. Uma primeira, seria o fato de ela significar que o materialismo histórico deve ser entendido como a única “disciplina unitária”, que abarca todas as outras,

implicando assim que “a ‘História’ deve ser reconduzida a seu trono como a rainha das humanidades”¹⁷. Uma segunda implicação seria o fato de que, apesar de ser a “mais unitária e geral de todas as disciplinas humanas”, a história também é a mais imprecisa, na medida em que seu conhecimento é sempre aproximado, “alcançado através de seus próprios procedimentos de lógica histórica, seu próprio discurso da comprovação” (Thompson, 1981: 82)

As idéias introdutórias desse capítulo da *Miséria da Teoria*, portanto, apontam não apenas para a concepção de Thompson acerca do objeto da disciplina histórica (“o processo social em sua totalidade”), como também para a forma pela qual esse historiador entende a relação entre presente e passado. Mais uma vez, Thompson revela noções muito próximas das defendidas pelos *Annales*, ao definir essa relação como se dando por meio das fontes, as quais existiriam “não para revelar seu próprio significado, mas para ser interrogadas” pelo historiador¹⁸. Além disso, afirma Thompson, os fatos, ou “evidências”, exibem determinadas propriedades, de modo que seus significados só seriam revelados por um questionamento teórico adequado. Esse questionamento, por sua vez, deve variar de acordo com as próprias contingências da análise, pois “assim como o objeto da investigação se modifica, também se modificam as questões adequadas” (Thompson, 1981: 48). Trata-se de uma idéia já expressa por Bloch e Febvre, a qual enfatiza uma determinada idéia de representação do passado em que a evidência assume um papel também determinante, impondo sua materialidade ao conhecimento – ainda que este seja historicamente datado,

¹⁷ Este, aliás, era o próprio *status* da disciplina histórica requerido por Bloch e Febvre, para quem a defesa da interdisciplinaridade não significava apenas uma descompartimentalização da disciplina histórica, mas a necessidade de instituir essa disciplina como a “rainha” das ciências humanas.

¹⁸ Thompson (1981: 38) cita seis formas pelas quais o questionamento das fontes deve se dar: 1) sobre as credenciais dos fatos; 2) nos termos da própria investigação histórica disciplinada; 3) como evidências mais ou menos sem valor, neutras ou inertes, sem intromissão ideológica; 4) como elo causal numa cadeia de ocorrências; 5) como elo numa cadeia lateral de relações; 6) como fatos isolados.

uma vez que para cada época o passado se apresenta de uma certa maneira, suscitando diferentes questões.

Neste sentido, Thompson revela uma concepção do conhecimento histórico comum à dos *Annales: aproximado*, por meio de vestígios, e em *constante transformação*, cuja dinâmica é proporcionada pelo próprio confronto entre teoria e fatos. Um conhecimento que, apesar disso, não está destituído de uma *racionalidade*, a qual é garantida por procedimentos orientados segundo aquilo que Thompson (1981: 49) define como sendo a “lógica histórica”, ou seja: “um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (...) O discurso histórico da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro”.

Por outro lado, ele reconhece que o “objeto humano real, em todas as suas manifestações” não pode ser apreendido por um único “ponto de vista teórico (...) mas apenas através de disciplinas separadas, informadas por conceitos unitários” (1981: 54). Dessa forma, as propostas historiográficas dos *Annales* e de Thompson convergem no que diz respeito a mais uma questão: a defesa da *interdisciplinaridade*.

Se todas as questões relativas à natureza da disciplina histórica e a seus métodos de investigação revelam uma grande similaridade de idéias entre os fundadores dos *Annales* e o historiador marxista inglês, cabe-nos agora explicitar os pontos em que suas abordagens se distanciam. Tais pontos, acreditamos, derivam muito mais das preocupações diferenciadas que conduzem suas obras, suscitadas pelos contextos históricos específicos nos quais elas emergiram e que informaram suas noções metodológicas, que de divergências de cunho teórico.

Conforme apontamos, a argumentação de Bloch e Febvre – suas noções sobre a disciplina histórica – tinha em vista a instituição de uma história explicativa e foi nesse sentido que desenvolveram um método de investigação visando a apreender os fenômenos analisados a partir de seus *contextos* de

ocorrência. Em outras palavras, o foco de suas atenções – a *análise sincrônica* dos objetos estudados – era exatamente aquilo que havia sido ignorado pela história tradicional durante anos, em nome da análise dos eventos.

As preocupações que movem Thompson, por sua vez, revelam uma postura em grande medida oposta ao foco de atenção dos *Annales*. Um dos pontos centrais por ele criticado na *Miséria da Teoria* é o fato de que as diferentes críticas dirigidas às credenciais do materialismo histórico convergiram sempre no sentido de argumentar contra a cognoscibilidade do *processo histórico* – visto como mera narrativa empirista – tendendo para análises antes sincrônicas que diacrônicas (1981: 83). Thompson constata, assim, uma excessiva ênfase das análises “marxistas” na apreensão das estruturas em detrimento do processo, quando, na verdade, os objetivos do materialismo histórico, conforme visto anteriormente, visam à “totalidade” (o que remete para procedimentos sincrônicos) do “processo social” (o que implica uma diacronia que, segundo Thompson, não tem sido trabalhada). Mais precisamente, o embate de Thompson é travado contra uma dada noção de estrutura: o estruturalismo althusseriano.

Dessa forma, o que para os *Annales* era um ponto essencial na instituição de uma história explicativa – a consideração do objeto a partir de seu contexto, mediante um método essencialmente sincrônico –, para Thompson convertia-se num dos principais problemas da tradição marxista, na medida em que o excessivo enfoque na estrutura havia barrado a consideração do processo. Entretanto, entender essas divergências entre o enfoque dos *Annales* e o de Thompson, divergências estas que derivam das diferentes preocupações tendo guiado suas formulações teóricas, requer um adentramento nas noções de estrutura e de processo em Thompson, bem como o significado que elas assumem no método proposto por Bloch e Febvre, atentando-se, inclusive, para as próprias diferenças entre estes historiadores.

Começemos pelas críticas de Thompson à noção de estrutura de Althusser, a fim de apreender a forma como ele próprio define esse conceito. Essas críticas, vale notar, não significam uma negação da importância dos métodos sincrônicos nas análises históricas – o próprio Thompson procura

esclarecer este ponto, afirmando que “ambas as heurísticas [sincrônica e diacrônica] são válidas e necessárias”¹⁹ O problema, segundo ele, tem sido o questionamento da possibilidade de apreensão do processo histórico, entendido “como uma lógica total de mudança do conjunto de atividades inter-relacionadas”, em nome da “estase da análise estrutural”, vista como única capaz de “trazer o conhecimento” (Thompson, 1981: 83).

É neste sentido que emerge a epistemologia de Althusser, cujo vocabulário estruturalista – entendido no sentido de “ideologia” historicamente informada pelas experiências reais do contexto da Guerra Fria – tende a acarretar uma “reificação” do processo histórico, na forma de sistemas e subsistemas, elementos e estruturas, que se auto-regulam, submetendo os agentes históricos à vontade inexorável do processo social. Mais que isto, trata-se de um processo com um dado sentido que dispõe, de um lado, a determinação em última instância pelo modo de produção e, de outro, a autonomia relativa das superestruturas, as quais aparecem não apenas como um “puro fenômeno da estrutura” mas como sua própria condição de existência²⁰.

A epistemologia althusseriana, segundo Thompson, nega a própria “lógica histórica”, que é descartada por Althusser sob alegação de empirismo, e em seu lugar oferece um modelo estruturalista no qual as categorias permanecem como “categorias de estase” e no qual os movimentos (processo) só podem ocorrer nos limites de uma estrutura dada previamente (1981: 97).

Além disso, essa estrutura é concebida a partir de diferentes “níveis”, com a priorização do econômico como “determinante em última instância”, o que, segundo Thompson, teria algumas decorrências básicas para a análise

¹⁹ Nesse ponto, Thompson (1981: 82) cita a revista *Annales (Annales E.S.C.)*, entre outras, como exemplo de um maior emprego de vocabulários sincrônicos especializados nas análises históricas, no decorrer das últimas décadas.

²⁰ A idéia de uma infraestrutura determinando a superestrutura, a qual, por sua vez, está destinada a confirmá-la ou a legitimá-la, é aquilo que Althusser define como “sobredeterminação”. Tal conceito, segundo Thompson (1981: 94-126), emerge em substituição à dialética marxista: ele a coloca numa forma estática, expressando a natureza interna contraditória da estrutura.

histórica. Uma primeira seria o fato de ela implicar a utilização de categorias desintegrativas da totalidade do processo histórico, indo contra os próprios objetivos da teoria marxista original, que visaria à elaboração de uma história total.

Uma segunda implicação, segundo Thompson, refere-se à própria inadequação do estruturalismo althusseriano aos procedimentos sincrônicos comuns. Isto porque, para Althusser, trata-se de determinar a articulação de um dado elemento da estrutura em função dos demais, ou ainda, o “índice de determinação” de que estão dotados os elementos ou estruturas na estrutura como um todo, de forma que o sincrônico passa a ser apenas a concepção das relações específicas existentes entre tais elementos e estruturas. Mas tal concepção de sincronia elimina a possibilidade de apreensão de um instante simultâneo da totalidade, como seria o procedimento sincrônico comum, dado que essas diferentes estruturas e elementos são portadores de temporalidades distintas. Dessa forma, o próprio conceito de tempo histórico é redefinido, passando a significar a forma específica da existência da totalidade social considerada, na qual diferentes níveis estruturais (com diferentes temporalidades) interferem em função de suas relações peculiares, de modo que “o processo da história é incorporado como um atributo secundário da estrutura” (1981: 104, 106-107).

Além de “afastar a história do processo”, as proposições teóricas de Althusser implicariam ainda o afastamento da agência humana da história, uma vez que o “sistema de fechamento” por ele proposto, sua concepção de estrutura, expressa uma noção de movimento interno determinado pelas próprias articulações estruturais (em que homens e mulheres aparecem como meros “vetores” de funções determinadas por suas posições no quadro estrutural) e, em última instância, pela estrutura econômica – não se considerando, assim, os fatos que com mutação afetam as articulações existentes. O afastamento da agência humana refletiria ainda, segundo Thompson (1981: 85), a própria influência ideológica do contexto da Guerra Fria, que viera substituir a “ilusão de época” anterior, – ou seja, o “voluntarismo”, com sua ênfase no papel dos indivíduos no fazer da história.

Será a partir da crítica a essas noções do estruturalismo althusseriano, portanto, que Thompson formulará sua própria idéia de estrutura e de processo. Segundo ele, a teoria de Althusser nega “a *história como processo*, como acontecer *inacabado e indeterminado* – mas não por isto destituído de *lógica racional* ou de pressões *determinantes* – nos quais as categorias são definidas em contextos próprios mas sofrem continuamente uma redefinição histórica, e cuja *estrutura* não é pré-fornecida, mas *protéica*, mudando constantemente de forma e articulação” (1981: 97).

Trata-se, portanto, de definir a estrutura não como um momento “congelado” dos acontecimentos, mas como processo, como um “vir-a-ser” de possibilidades. De outra forma, concebe-se o processo como totalidade estruturada (com pressões mas aberto), passível de apreensão pela lógica histórica, cujo fluxo permanece indeterminado, na medida em que se desenvolve a partir do “cruzamento da determinação” – informada pelas condições materiais – “e da auto-atividade” – vista como o tratamento consciente que os agentes históricos dão às experiências materiais. Contrariamente ao que pressupõe a epistemologia althusseriana, “não há níveis percorrendo a história, mas homens e mulheres fazendo a história em sua vida material, em suas experiências e na auto-consciência destas. Não há diferentes histórias desarticuladas, mas um único tempo real, o tempo em que o processo se realiza, e é esse processo integral o objetivo do conhecimento do historiador” (1981: 112-117).

Neste sentido, Thompson reinsere na história os dois termos expulsos por Althusser: o *processo* e a *agência humana* – uma reinserção que é feita através do conceito de “experiência”, que aparece como o próprio mediador entre o “ser social [e a] consciência social”, ou ainda, como um “ponto de junção entre estrutura e processo” dado que a estrutura (condições materiais) “continua dominando a experiência”, determinando os limites de ação dos indivíduos, “mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena [pois] a experiência é manipulada de forma a desafiar qualquer previsão”²¹.

²¹ Thompson (1981: 112-117) recupera a teoria marxista em sua originalidade: “Os homens fazem sua história (...) mas não a fazem como querem”.

Aqui, portanto, a noção de processo revela-se avessa ao estabelecimento de “leis” universais, o que não elimina a possibilidade de falar em “regularidades do processo”. Estas, no entanto, devem ser entendidas não como necessidades sujeitas a leis, nem como coincidências fortuitas, mas como “pressões moderadoras e diretivas, articulações indicativas de práticas humanas”, que podem ser apreendidas se buscarmos não as leis, mas a “lógica do processo” (1981: 99).

Trata-se de uma lógica que deve ser pensada a partir da própria diversidade segundo a qual a realidade social se apresenta. Tendo em vista essa preocupação, Thompson procura resgatar, em seus trabalhos históricos – referimo-nos particularmente a *A Formação da Classe Operária Inglesa e a Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial* –, o modo como uma mesma experiência material é diferentemente assimilada por agentes inseridos em contextos diversos. Somente a partir dessa diversidade é que se procura uma lógica comum, que nas obras em questão refletiria a própria formação de uma consciência de classe. Segundo Thompson (1987, 1: 10), se “a experiência aparece como determinada” – e determinada, em grande medida, pelas relações de produção –, “o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma”.

Passemos agora a uma reflexão mais detida sobre as noções de estrutura e de processo em Bloch e Febvre, a fim de compreender em que medida elas são compatíveis com a conceituação de Thompson e até que ponto podemos entendê-las como noções homogêneas na reflexão daqueles dois historiadores.

Ao chamar a atenção para a necessidade de analisar um fenômeno a partir de seu contexto, Bloch (1965: 35) afirma que “nunca um fenômeno histórico se explica plenamente fora do estudo do seu momento. E isto é válido para todas as etapas da sua evolução”. Portanto, a ênfase de Bloch no método sincrônico, visando compreender as articulações sociais específicas

de um dado momento, capazes de dar plena inteligibilidade aos fenômenos estudados, não aparece dissociada do método diacrônico, ou seja, da análise desses fenômenos a longo do tempo. Em outras palavras, embora seu método chame a atenção para o “contexto”, para o tempo em que estão imersos os fenômenos, não exclui a importância de considerar o *processo*, na medida em que o próprio tempo é entendido como sendo contínuo e, simultaneamente, em perpétua mudança (Bloch, 1965: 30). Vejamos como essa questão se precisa a partir do próprio método de análise histórica elaborado por Bloch.

A preocupação em considerar um fenômeno em “todas as etapas da sua evolução” aparece relacionada a uma outra questão, central em sua proposta metodológica: a ideia de *causa*. Partindo da crítica à história tradicional, que buscava reconstruir os fenômenos históricos pelo estabelecimento de uma seqüência causal entre eles, Bloch (1965: 31-34) afirma que, na explicação dos fenômenos históricos, devem-se buscar as origens não no sentido de um “começo único” – uma vez que “filiação” não se confunde com “explicação”. Mais que as causas de emergência de um fenômeno, é preciso explicar suas condições de manutenção e, desta forma, as próprias origens devem ser entendidas a partir de um enfoque dinâmico, como se perpetuando e, ao mesmo tempo, transformando-se ao longo do tempo. Isto porque, pergunta ele, teremos “nós a veleidade de compreender esses homens se os estudarmos apenas nas suas reações perante as circunstâncias peculiares a um momento? Mesmo a respeito daquilo que nesse momento eles são, a experiência será insuficiente. Muitas virtualidades provisoriamente pouco aparentes, mas que, a cada instante, se podem revelar, muitos motores, mais ou menos inconscientes, das atitudes individuais ou coletivas, ficarão na sombra” (1965: 42).

A forma como Bloch define seu objeto de estudo em *A Sociedade Feudal*, escrito em 1939, – a qual pode ser considerada uma “obra-síntese” na produção intelectual desse historiador²² –, sistematiza, em grande medida,

²² Nesse trabalho, encontram-se sistematizadas não somente diversas produções prévias abordando o tema do feudalismo, como também algumas de suas principais concepções teórico-metodológicas acerca da disciplina histórica.

as proposições metodológicas vistas até aqui. Segundo ele, seu objetivo nesta obra foi “a análise e explicação de uma estrutura social com as suas conexões”, ou seja, uma análise da “ossatura das instituições que regem uma sociedade”, a qual, por sua vez, “só pode explicar-se pelo conhecimento de todo o meio humano”, considerando-o na *globalidade* de seus aspectos, sem que se busque estabelecer uma hierarquia entre seus traços fundamentais de forma a estabelecer relações dicotômicas de causa e efeito, mas entendendo estas instituições a partir de suas “*perpétuas interações* que tecem uma sociedade como um espírito” (1982: 14 e 76. Grifo nosso).

Uma primeira constatação a partir dessa definição é que, se anteriormente foi possível notar que a ênfase de Bloch na sincronia não exclui a análise do processo, sua concepção de *estrutura* revela-se um conceito dinâmico, como uma “estrutura social” historicamente construída, que deve ser considerada em sua própria evolução. Não se confunde, portanto, com a noção de estrutura de Althusser, criticada por Thompson.

Por outro lado, a recusa em buscar causas únicas e primeiras em história concorda, em grande medida, com a crítica de Thompson ao determinismo da teoria marxista ortodoxa, segundo a qual haveria um sentido de determinação de uma infra-estrutura econômica para uma superestrutura formada pelas demais instâncias da vida social. Além disso, ela concorda com uma outra peculiaridade da lógica histórica, tal como definida por Thompson, ou seja, o fato de este rejeitar a idéia de causas suficientes, em se tratando do conhecimento histórico. Isto porque as noções de causação (assim como as de contradição, mediação, organização etc.) são produzidas pela teoria a partir de um constante confronto com as evidências, que devem ser apreendidas no tempo como processo indeterminado, capaz de contrariar qualquer relação causal preestabelecida²³.

²³ Thompson (1981: 166) se vale do exemplo de uma mulher para mostrar que nenhuma análise que procure compreender seu comportamento a partir das múltiplas determinações estruturais às quais está submetida seria suficiente. Apenas sua observação no tempo seria válida na identificação de algumas dessas causas.

Uma outra constatação que se pode extrair das noções de “causa” e “origens”, é que elas indicam um outro ponto comum entre Bloch e Thompson: o fato de que, em ambos, o estabelecimento de causas únicas e suficientes é visto como um procedimento arbitrário do historiador, informado por seus próprios juízos de valor (estabelecidos a partir do presente) em relação ao fenômeno analisado, aos quais, segundo Thompson (1981: 53), as evidências não podem responder. Neste sentido, expressam um “juízo de valor” – o que é entendido por ambos os historiadores como não sendo o papel do historiador –, e não uma atitude explicativa em relação ao passado. Segundo Bloch (1965: 169-170), “a superstição da causa única, em história, é muitas vezes a forma insidiosa da procura do responsável: portanto, do juízo de valor”. Logo, “as causas, em história ... não se postulam. Investigam-se”.

À idéia – até esse ponto consensual entre Bloch e Thompson – de que as articulações estruturais de uma dada realidade devem ser apreendidas numa perspectiva dinâmica – ou seja, de que a estrutura deve ser considerada como processo – acresce-se o fato de que tal estrutura deve, na visão de ambos, ser resgatada em sua *totalidade*, ou, conforme define Bloch, a partir do “conhecimento de todo meio humano”. Se por um lado Thompson rejeita a noção de “níveis” que percorrem a história²⁴, postulando a existência de um “único tempo real, o tempo em que o processo se realiza” em sua integridade, por outro lado Bloch chama a atenção para a “profunda unidade do *eu*”, não havendo um “*homo religiosus, homo economicus, homo politicus*”, apresentando-se separadamente ao historiador (cf. Thompson, 1981: 108; Bloch, 1981: 132).

A idéia de que explicar requer a apreensão de uma dada realidade na totalidade de seus aspectos desdobra-se, em Bloch, na proposta de um

²⁴ A discordância de Thompson em relação à idéia de pensar a história a partir de “níveis” sugere uma divergência deste historiador em relação aos métodos da história serial e ao terceiro nível, praticados pelas gerações posteriores dos *Annales*, em que a cultura é vista como uma instância da sociedade, descolada, em grande medida, de suas articulações estruturais.

método comparativo, o qual significa buscar *experiências coletivas diversas*, tanto num dado momento, quanto em suas evoluções simultâneas, apreender as múltiplas manifestações da vida social, para, somente a partir delas, selecionar e aproximar, nomear e classificar. Em outras palavras, trata-se de abstrair a partir de situações específicas e, somente com tal procedimento, apreender convergências entre diferentes experiências, passar da “diversidade dos fatos humanos à unidade das consciências”, ou ainda, conforme diria Thompson (1981: 128), identificar “regularidades” no processo. Em ambos os historiadores, portanto, a ênfase é posta nas *diversidades*, na singularidade pela qual diferentes sociedades ou diferentes grupos sociais vivenciam experiências parecidas.

Percebemos, dessa forma, que nas noções de estrutura e de processo de Bloch a experiência assume, assim como em Thompson, uma importância fundamental. Neste último, conforme visto, por revelar-se o próprio termo a partir do qual se torna possível pensar a história como “processo estruturado”; em Bloch, por articular a diversidade das manifestações da vida, tanto no plano individual, quanto no social, permitindo comparar e, neste sentido explicar²⁵. Em ambos os historiadores, por sua vez, por denotar a idéia de *tempo*, só se fazendo compreender como *processo*.

²⁵ Embora a importância do método comparativo em Bloch acabe levando a uma priorização das diversidades em detrimento das regularidades em sua análise – o que se revela um procedimento comum entre seu método e o de Thompson – essa importância não é motivada pelas mesmas preocupações que envolvem o trabalho deste último historiador. Conforme vimos, ao ressaltar as singularidades pelas quais uma realidade social se apresenta, Thompson visa a entender de que maneira uma experiência semelhante, determinada pelas condições materiais, é apreendida de modos distintos pelos diferentes agentes no processo de formação de uma “consciência de classe”. Isso invalida a tese de Althusser, que vê tal consciência como um reflexo direto do modo como se estruturam as relações de produção. Em Bloch, a ênfase no enfoque comparativo deve-se, em grande medida, à própria influência intelectual que a sociologia durkheiminiana teve em sua formação. Segundo a sociologia de Durkheim, a comparação é uma condição essencial para a explicação – o que elevava a sociologia ao *status* de única ciência humana possível (ver A. Burguière, 1993: 339).

Todavia, se as aproximações entre esses dois historiadores revelam-se tão explícitas a partir deste breve resgate de suas noções de estrutura e de processo em história, devemos nos perguntar em que medida é possível identificar essas mesmas concepções em Febvre. Conforme já apontamos, este último compartilha da mesma preocupação em instituir uma “história explicativa”, propondo, para tanto, um método que vise a compreender o fenômeno histórico a partir de seu contexto e em sua globalidade. No entanto, é preciso ressaltar que, para além desses “pontos comuns” entre as propostas de Bloch e as de Febvre, as diferentes formas pelas quais estes historiadores definem seus objetos de estudo revelam-nos algumas divergências entre suas concepções teórico-metodológicas acerca do conhecimento histórico.

Em seu trabalho *O Problema da Descrença no Século XVI: a Religião de Rabelais*, de 1942, Febvre desenvolve de modo bastante elaborado sua proposta metodológica, de tal forma que seu próprio objeto nesse livro é definido como “a procura de um método” (Febvre, s/d: 19). Diferentemente de Bloch, que visa a apreender uma realidade passada pela história de suas instituições sociais, pela comparação entre diferentes experiências coletivas, Febvre procura compreender toda uma concepção religiosa do século XVI a partir do pensamento de Rabelais. Trata-se da tentativa de apreender o “espírito de uma época” (seus modos de pensar, agir e sentir) pelo adentramento numa consciência individual, buscando nesta a cristalização de uma época, ou ainda, apreendendo, a partir das múltiplas exteriorizações dessa consciência individual, a própria globalidade da sociedade em questão, numa abordagem que se aproxima da psicologia coletiva (cf. Burguière, 1993: 339).

Em Febvre, portanto, a ênfase desloca-se da relação entre experiências coletivas – ou, mais precisamente, uma “mentalidade coletiva” – e as “instituições sociais”, para a relação entre pensamento e obra de um *indivíduo* e a *sociedade* na qual ele está inserido, sem buscar um “contraste” entre eles, mas resgatando a globalidade da sociedade em questão a partir da própria experiência individual (cf. Febvre, s/d, (a): 113).

Esse enfoque, portanto, diverge daqueles apresentados tanto por Bloch quanto por Thompson, uma vez que, em ambos, a ênfase recai sobre experiências coletivas e, neste último, mais particularmente nas “experiências de classe”, conforme veremos mais adiante.

No entanto, apesar do enfoque diferenciado na apreensão da realidade passada, o método de Febvre não exclui a idéia de *processo*. Assim como Bloch, Febvre admite a importância do método comparativo na análise histórica e, em sua perspectiva, tal método acaba se deslocando para a própria diacronia, ou seja, para a busca das transformações sofridas pelo pensamento do indivíduo ao longo de sua vida²⁶. A consideração dessa dimensão temporal é fundamental, uma vez que, também Febvre nega a idéia de “causa” como um começo único que explica, de modo que o próprio tempo é definido a partir de um conjunto de “proposições”, que vão sendo historicamente colocadas e manipuladas pelo indivíduo. No caso do estudo sobre Rabelais, Febvre nuança o próprio contexto de influências sobre seu pensamento, não buscando “golpes definitivos” que o remetam a referências únicas e suficientes²⁷.

Essa ênfase na experiência individual refletindo, articulando e produzindo idéias e doutrinas de uma época implica, portanto, que o método de Febvre privilegie, mais que o do próprio Bloch, o papel da *agência humana* no processo histórico. É neste sentido que podemos entender, em grande medida, o fato de Febvre negar a noção de estrutura (ainda quando historicamente concebida), preferindo trabalhar com a idéia de “utilização mental” de uma época, definida como um conjunto de “ferramentas”

²⁶ Ainda que tanto em Bloch quanto em Febvre o tempo assuma o papel de categoria histórica central, o “tempo” que envolve o objeto deste último historiador é o das “rápidas transformações” ou, ainda, o tempo em que se desenrola a própria vida do indivíduo estudado, ao passo que em Bloch a análise das instituições desenvolve-se no tempo da “longa duração”, cobrindo séculos de história.

²⁷ No caso da obra sobre a descrença no século XVI, Febvre mostra ao longo de sua análise como as doutrinas e idéias da época não são simplesmente assimiladas por Rabelais, mas instrumentalizadas de acordo com as diferentes fases de sua vida e, em grande medida, reelaboradas.

(filosóficas, científicas e mesmo metafísicas) disponíveis num dado momento, a partir das quais os indivíduos podem elaborar seus raciocínios e agir. O método de Febvre, dessa forma, não visa a buscar regularidades e diretivas que se repõem durante um certo período, enfatizando muito mais a indeterminação do processo histórico, na medida em que este é focado, em grande parte, pela perspectiva da experiência individual²⁸.

Dessa forma, ainda que não inserido numa tradição marxista, Febvre consegue fazer da noção de “experiência” – e, mais precisamente, da “experiência individual” – um mediador entre as “condições materiais”, englobadas em sua definição de “utilização mental” e o processo histórico analisado na sociedade em questão – sugerindo, ainda, uma interessante via para pensar a relação entre indivíduo e sociedade. Neste sentido, é possível pensar numa proximidade entre seu método e a proposta de Thompson apresentada na *Miséria da Teoria*²⁹.

Se todos esses pontos relativos às noções de estrutura e de processo em Thompson e nos *Annales* assinalam – ainda que com aproximações diferenciadas – uma profunda convergência entre seus entendimentos sobre

²⁸ Segundo Burguière (1993: 341), são exatamente essas diferenças de enfoque entre Bloch e Febvre que levam este último a criticar *A Sociedade Feudal*, por ser um livro excessivamente “esquemático” que, utilizando a abstração, faz com que o indivíduo esteja praticamente ausente da análise.

²⁹ É importante notar que, se por um lado o que Febvre consegue desenvolver em termos de sua produção historiográfica concorda com as propostas teóricas de Thompson na *Miséria da Teoria* mais do que o que desenvolve Bloch, por outro lado os próprios trabalhos históricos de Thompson – e aqui estamos nos referindo especialmente a *A Formação da Classe Operária Inglesa* – são frequentemente criticados por não conseguir revelar o modo como os agentes históricos constroem, ao longo do processo histórico, suas condições materiais – ou seja, a própria “estrutura”. Acreditamos, porém, que essa crítica deva ser matizada a partir de leituras mais atentas dos trabalhos históricos de Thompson – leituras centradas na forma como Thompson desvenda os embates teóricos daquele momento, os conflitos e divergências no interior e fora das fábricas (estando aí aquilo que talvez seja relevante para compreender o papel da agência humana no processo histórico da formação da classe operária inglesa).

a natureza da disciplina histórica, cabe-nos aqui ressaltar um último ponto que atenua as semelhanças teórico-metodológicas entre esses historiadores. Referimo-nos à própria forma como, em cada um deles, é concebida a *dinâmica do processo histórico*.

Em Thompson, conforme procuramos ressaltar, o conceito de experiência revela-se a própria “genética” do materialismo histórico, segundo a qual “homens e mulheres retornam como sujeitos” da história. Essas experiências, por sua vez, são vistas como determinadas por suas situações e relações produtivas, as quais expressam necessidades, interesses e antagonismos (cf. Thompson, 1987, 1: 182). Detenhamo-nos neste último termo.

O que Thompson tem em mente ao enfatizar as diversidades das experiências vividas pelos indivíduos é, conforme vimos, a identificação, a partir delas, de um fundo comum, uma “regularidade”, que refletiria a própria formação de uma consciência de classe. De outro modo, podemos dizer que tais experiências são vividas como “experiências de classe” – sendo entendida como “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência” (Thompson, 1987: 9). A classe, por sua vez, “acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas e partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (Thompson, 1987: 10).

Dessa forma, o processo histórico, segundo a concepção de Thompson, traz em si a idéia de *conflito*. Desenvolve-se a partir da própria noção marxista de luta de classes – entendida aqui não por um enfoque mecanicista, em que as classes aparecem como “coisa”, como meros reflexos das relações de produção, passíveis de imobilização num dado momento e funcionando como o “motor da história” – mas como surgindo no “cruzamento da determinação e da auto-atividade”, como um “vir-a-ser que se desenvolve num processo inacabado de relação e luta no tempo” (Thompson, 1987: 121).

O processo histórico revela-se, assim, como *processo dialético*, cuja dinâmica é concebida a partir de relações sociais contraditórias. Mais que isto, o que Thompson propõe não é apenas o resgate dessa dialética marxista como lógica do processo, segundo ele expulsa pela teoria althusseriana sob o nome de “sobredeterminação”, mas a própria necessidade de “pensar dialeticamente um modo dialético de apreender uma realização fluente e contraditória”. Em outras palavras, trata-se de estender o raciocínio dialético para o método de conhecimento, constituindo-se, assim, na própria “lógica histórica”³⁰.

Em Bloch e Febvre, por sua vez, a dinâmica histórica é concebida de modo diverso, e entendê-la requer a retomada de algumas noções conceituais e metodológicas de suas propostas historiográficas. Conforme assinalamos, a preocupação desses historiadores com a instituição de uma história explicativa embasa suas ênfases nos procedimentos sincrônicos de análise, chamando a atenção para a consideração do contexto estrutural em que ocorreram os fenômenos estudados. Este é o procedimento que permitiria ao historiador situá-los em seu próprio tempo histórico, evitando o erro do anacronismo. Para tanto, nada mais seguro do que compreender uma época, uma dada organização social, por seu “interior”, por aquilo que ela possui de mais “profundo”, ou seja, por seu *quadro mental*, de onde é possível extrair valores e significados próprios ao momento analisado.

Conforme destaca Burguière (1993: 340), neste sentido o estudo das *mentalidades* revela-se um dos meios mais seguros para evitar o anacronismo em história, razão pela qual, desde cedo tornou-se um ponto importante na abordagem dos *Annales*. No que diz respeito ao modo como o tema é tratado por Bloch, podemos identificar sua presença já em seu trabalho sobre a crença no poder curativo dos reis – *Os Reis Taumaturgos*, de 1924 – em que o “toque régio”, tomado enquanto fato social, é entendido como uma criação do próprio “inconsciente coletivo”, a partir de uma

³⁰ Segundo Thompson (1987: 54), todo conceito surge de engajamentos empíricos e, na medida em que a tese (conceito/hipótese) é posta em relação com a antítese (evidência), resulta a dialética do conhecimento.

crença já arraigada acerca do milagre³¹. Em outras palavras, Bloch desenvolve um método de análise segundo o qual as instituições sociais são enfocadas a partir do que revelam de mais profundo: seu quadro mental. Segundo Burguière (1993: 342), nos *Reis Taumaturgos* “Bloch estuda as práticas simbólicas e, através delas, as representações mentais que as informaram (...). Ele analisa esta concepção mágica do poder como um elemento do patrimônio imaginário de uma sociedade, que atravessa os séculos e transcende as fronteiras de classe”.

Esse método reaparece nos trabalhos finais de Bloch – *Introdução à História e A Sociedade Feudal* – nos quais, segundo Le Goff (1993: 29), ele desabrocha em seu sentido mais explícito. Neste último trabalho, Bloch procura dar um tratamento diferenciado ao tema, buscando entender “as atitudes morais ou afetivas” da sociedade feudal “pelo seu próprio enraizamento social, pela sua ligação com as condições econômicas e demográficas da época”. No entanto, ainda que essa preocupação prevaleça, Bloch acaba enfatizando os traços comuns a uma dada “mentalidade coletiva”, o que permite, inclusive, que ele conceba o feudalismo como um “tipo social”.

O destaque dado ao coletivo pode ser melhor compreendido se considerarmos as implicações de seu método em termos da *crítica documental*. O fato de Bloch utilizar um método comparativo, por meio do qual visa a articular diferentes experiências, ou ainda o fato de a experiência assumir em sua análise um papel articulador entre as diversas manifestações da vida humana, faz com que os testemunhos históricos sejam tomados como “evidências”, de forma a buscar entre eles conexões lógicas capazes de explicar a sociedade em questão. Trata-se, portanto, de um raciocínio, que não admite a idéia de contradição entre os testemunhos: as diferenças entre eles são entendidas como antinomias, como ambivalências que

³¹ Segundo Burke (1992: 30), tanto a ênfase no coletivo quanto o uso do termo “fato social”, pelo qual Bloch expressa uma concepção das instituições como sínteses de múltiplas determinações, revelam uma forte influência da sociologia durkheimiana, que exercera forte ascendência sobre Bloch.

convivem numa dada sociedade. Segundo Bloch (1965: 132)., mesmo “quando os papéis alternadamente desempenhados pelo ator único parecem opor-se tão brutalmente (...) é possível que, vista de perto, a antítese seja apenas a máscara de uma solidariedade mais profunda”. Além disso, vale notar, essas experiências não são tratadas em termos de classe – ainda que Bloch utilize esse conceito em *A Sociedade Feudal* – sendo definidas como “experiências coletivas”, assumindo um sentido mais globalizante.

Dessa forma, a ênfase de Bloch na análise sincrônica pode ser melhor compreendida a partir da idéia de recuperação da “estrutura profunda” que encerra o fenômeno analisado – o que significa abordar a realidade passada a partir da *história das mentalidades*. O modo como esta última é praticada por Bloch, que implica a utilização de um método comparativo que articule as experiências coletivas analisadas, acaba, por sua vez, por nuançar as divergências colocadas no plano mental – as quais devem guardar uma correspondência nas especificidades materiais que define grupos e classes – deixando ausente da análise do autor a noção de conflito. Neste sentido, seu conceito de mentalidade não se confunde com o de ideologia – o qual expressa a idéia de interesses contraditórios e, portanto, conflitantes – revelando-se muito mais globalizante, podendo ser mais precisamente expresso pela idéia de “ambiência mental”. Diferentemente de Thompson, Bloch não revela uma concepção dialética do processo histórico, mas uma concepção *evolucionista*, na qual a dinâmica histórica é concebida a partir das antinomias que perpassam a sociedade. Enfatiza-se a *convivência* entre diferenças que habitam uma mesma estrutura social, assim como habitam o plano das consciências humanas.

Em Febvre, porém, a idéia da contradição é admitida. Como vimos, para Febvre a necessidade de apreender uma dada realidade social a partir de seu “interior” não resulta numa “história das instituições sociais” em suas articulações com o “sentido implícito dos comportamentos coletivos”, como em Bloch, mas na tentativa de uma “síntese” histórica sobre os problemas intelectuais de uma época, “unindo história intelectual e psicologia histórica numa perspectiva global, da qual o indivíduo seria o elemento unificador”.

A noção de mentalidade em Febvre, portanto, passa a significar a “totalidade dos fenômenos intelectuais e psicológicos”, matizando a própria separação entre “produção intelectual e crenças inconscientes”³².

Essa concepção da abordagem de uma realidade passada implica a necessidade de adentramento numa mentalidade individual – o que é feito por Febvre mediante o resgate dos documentos a partir de seus próprios contextos, confrontando-os entre si, recompondo as polêmicas e debates que lhes deram origem, realizando, enfim, uma minuciosa *análise de discurso*. Dessa forma, esse procedimento de crítica documental no qual o próprio sujeito é reinserido no contexto de seus interlocutores como mais um interlocutor, permite que Febvre apreenda as ambigüidades, as “verdades contraditórias” que envolvem o pensamento individual e que se exteriorizam nas próprias contradições da sociedade da época.

Isso, porém, ainda que revele uma proximidade bastante grande com a forma pela qual Thompson aborda os documentos – pois Thompson também reinsere os textos no contexto dos debates em que foram produzidos, fazendo-os polemizar entre si – não significa que Febvre conceba uma dinâmica histórica dialética, no sentido empregado por Thompson, uma vez que, para Febvre, essas contradições não se colocam em termos de luta de classes. Neste sentido, o termo *mentalidades* também assume em Febvre um sentido globalizante, de modo que o pensamento individual é tomado como expressão de todo um “espírito de época”.

Podemos assim constatar que o que se constitui numa contribuição central dos *Annales – a história das mentalidades* – desenvolveu-se, tanto

³² Segundo Burguière (1993: 339-344), Febvre expressa nesse ponto uma influência marcante do filósofo Henri Berr, fundador da *Revue de Synthèse Historique*, o qual propunha juntar “história intelectual” e “psicologia histórica” numa perspectiva global, na qual o indivíduo aparece como o elemento unificador. Por esta mesma época (início do século XX), uma outra revista exerceria maior influência sobre Marc Bloch: *L'Année Sociologique*, de tendência durkheiminiana. Essas diferentes filiações intelectuais, portanto, explicariam, em grande medida, as diferentes concepções de mentalidade em Bloch e Febvre e, acreditamos, diferenças mais gerais em suas propostas metodológicas.

em Bloch quanto em Febvre, por meio de métodos em que o processo histórico, ainda que concebido a partir da consideração de experiências distintas e de aspectos contraditórios de uma mesma experiência, não se traduz numa dinâmica dialética, enfocada a partir do processo conflituoso de formação das classes.

Isso, porém, não significa que Thompson e outros historiadores de tradição marxista tenham deixado de contemplar os objetos estudados pela história das mentalidades, no sentido inaugurado pelos *Annales*. Apesar de Burke destacar as barreiras a esse tipo de história³³, o que nos parece relevante (e aqui aderimos ao argumento de Hobsbawm) não é o uso do termo – mesmo porque este se revela controverso entre os próprios historiadores da tradição dos *Annales* – mas o fato de que outras filiações teóricas têm permitido aos historiadores de diferentes tradições generalizar seus métodos e objetos de análise para o estudo das mentalidades³⁴.

No caso de Thompson – e do marxismo britânico em geral – Hobsbawm ressalta que essa generalização foi favorecida em grande medida pelo diálogo estabelecido entre História e Antropologia Social e, mais precisamente, pelo estudo da cultura a partir de uma abordagem “histórico-antropológica”. Esse diálogo, aliás, é reivindicado por Thompson no próprio *Miséria da Teoria*, em

³³ Burke (1978: 154) cita como barreiras à comunicação entre os *Annales* e os historiadores ingleses, o “individualismo metodológico” destes últimos, em contraposição à ênfase no coletivo dos primeiros; a falta de métodos para o desenvolvimento da psicologia histórica, imbricada na história das mentalidades, e o fato de esse tipo de história, tal como praticado por Bloch e Febvre, não respaldar o estudo das idéias e valores morais nas diferenças de grupos e classes sociais.

³⁴ Segundo Hobsbawm (1978: 160-61), não é de crer que os historiadores britânicos que têm praticado a “história das mentalidades” revelem uma herança direta dos *Annales*, “exceto no campo da Idade Média, onde Bloch é claramente fundamental”. O próprio marxismo tem feito a conexão entre “o mundo das idéias e sentimentos e a base econômica”, ainda quando a partir do modelo “base-superestrutura”. Além disso, não é preciso seguir a filiação teórica de Lévi-Bruhl – cujo livro *A Mentalidade Primitiva*, de 1922, foi a grande fonte de inspiração de Bloch e Febvre e deve ser encarado como uma abordagem datada – para praticar esse tipo de história.

que critica Althusser por ter, segundo ele, “liminado toda antropologia de sua teoria”, ao conceber as necessidades humanas como sendo determinadas essencialmente pelo econômico – o que colocaria homens e mulheres como simples “apoios de estruturas”, no interior das quais as necessidades são previamente atribuídas (cf. Thompson, 1981: 161-163).

Cabe-nos entretanto atentar para o tipo de apropriação dos métodos e conceitos antropológicos que é feito por Thompson. Em seu comentário crítico aos trabalhos de Keith Thomas, *Religion and the Decline of Magic*, de 1971, e de Alan MacFarlane, *The Family Life of Ralph*, o autor condena a tendência, tanto da antropologia quanto da sociologia, para generalizar descobertas de um contexto social para outros, o que confere a essas disciplinas um caráter a-histórico. Segundo ele, “a disciplina histórica é, acima de tudo, a disciplina do contexto; cada fato pode ganhar significado apenas em meio a outros significados”, os quais, por sua vez, são construídos na vivência de suas experiências particulares e coletivas (cf. Thompson, 1972: 43-49).

Esse modo de conceber o tratamento dos objetos inicialmente pertencentes ao campo da história das mentalidades é desenvolvido por Thompson em seu trabalho *Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial*, em que o autor analisa a mudança no sentido do tempo (impulsionada pela difusão dos relógios a partir do século XVII), provocada na “disciplina de trabalho”, e até que ponto ela afetou “a percepção interior do tempo da gente trabalhadora” (cf. Thompson, s/d: 341).

Thompson analisa a internalização dos valores capitalistas – traduzidos em grande medida por uma nova noção de tempo, denotadora de dinheiro e distinta daquela guiada pelas atividades de trabalho dos camponeses e artesãos ingleses no período pré-industrial – que, se por um lado é fruto da imposição dos patrões, por outro não se faz sem conflito e resistência, e tampouco sem combinar com os novos valores, elementos de uma cultura antiga. Além disso, Thompson enfatiza a necessidade de pensar de maneira articulada as transformações materiais e mentais, pois, segundo ele “não existe o desenvolvimento econômico se não é desenvolvimento ou

mudança cultural; e o desenvolvimento da consciência social, como o do pensamento do poeta, não pode, em última instância, planejar-se”. (s/d: 293)

Neste sentido, sua concepção do processo histórico, que, conforme vimos, revela como categoria fundamental o conceito de “experiência”, não deixa de contemplar a história das mentalidades – ainda que através de um método e de filiações teóricas distintas daqueles empregados por Bloch e Febvre, e ainda que prescindindo do próprio uso do termo: em sua análise, o termo *cultura* assume uma conotação suficientemente abrangente, que permite englobar o estudo das mentalidades. Neste sentido, a dinâmica histórica é concebida como um processo de luta no tempo, no qual as experiências não são apreendidas apenas no nível das idéias, mas “enquanto sentimentos que são trabalhados na cultura, a qual pode ser descrita aqui como consciência afetiva e moral”, de modo que “todo antagonismo em torno de interesses materiais, também é um conflito de valores” (s/d: . 190).

Conclusão

Certamente, este breve resgate de algumas das principais obras de Thompson, Bloch e Febvre não tem como pretensão esgotar as possíveis similaridades e divergências entre suas concepções teórico-metodológicas acerca da disciplina histórica. Tal objetivo exigiria uma análise muito mais abrangente e aprofundada das obras desses historiadores, principalmente no que diz respeito a seus trabalhos históricos, aqui pouco analisados.

No entanto, acreditamos que os textos confrontados nos permitiram identificar alguns pontos centrais, a partir dos quais podemos pensar as possíveis convergências entre as proposições do historiador marxista inglês e as da “primeira geração” dos *Annales*. Conforme vimos, nos três historiadores analisados foi possível perceber uma mesma *concepção do conhecimento histórico*: um conhecimento *datado*, visto que as questões com que abordamos o passado são formuladas a partir de um presente em constante transformação e que se constrói a partir do próprio *diálogo* estabelecido entre essas questões e as evidências.

Além disso, tanto Thompson quanto Bloch e Febvre revelam a preocupação com o estabelecimento de uma história que dê conta da “totalidade” das sociedades analisadas, ou seja, eles visam a instituir uma *história total*. Nos três historiadores, ainda, evidencia-se a consideração da importância de um método de análise simultaneamente *sincrônico* e *diacrônico*, que apreenda a “totalidade do processo histórico”, conforme diria Thompson, ou, de acordo com os historiadores dos *Annales*, que considere um dado fenômeno a partir de seu contexto e em “todas as fases de sua evolução”.

Se esses pontos indicam um campo de proximidades teóricas significativas entre esses historiadores, ainda que com ênfases diferenciadas em questões específicas, as divergências entre seus enfoques parecem estar centradas, fundamentalmente, nos desdobramentos que suas preocupações políticas e filiações teóricas distintas acarretam em termos de suas proposições metodológicas, bem como da forma como concebem a *dinâmica do processo histórico*. Em Thompson, a preocupação em devolver ao marxismo as credenciais do materialismo histórico, afastadas pelo estruturalismo althusseriano, leva-o a resgatar a importância tanto da *ação humana*, quanto do *processo histórico*, a partir da idéia de *experiência*. Esta se revela o elemento articulador das noções de estrutura e processo, implicando que este último seja concebido como o próprio processo de formação das classes no tempo: um processo de luta, que denota a idéia do *conflito* entre interesses e valores antagônicos, de forma que o processo histórico apresenta-se como um *processo dialético*.

Nos historiadores dos *Annales*, a preocupação em desenvolver uma história explicativa implica a ênfase no resgate dos objetos estudados a partir de seus contextos de ocorrência, de onde emerge o destaque dado ao *método sincrônico* de análise. Nesse caso, porém, recuperar um fenômeno em sua plena inteligibilidade implica a tentativa de resgatá-lo a partir de sua “estrutura profunda”, ou seja, a partir *história das mentalidades*. Este, porém, revela-se um conceito “globalizante”, não implicando, tanto em Bloch quanto em Febvre, a análise dos fenômenos sociais a partir da luta de classes. Em Bloch, a ênfase recai na busca das conexões entre experiências

coletivas diversas, de modo que o processo histórico é concebido a partir das *antinomias* que aí se revelam, tratando-se, portanto, de uma concepção muito mais *evolucionista* desse processo. Em Febvre, ainda que seu método permita identificar as contradições que habitam o pensamento de um indivíduo e, a partir deste, extrapolar para toda uma época, não aparece a idéia do conflito como o elemento determinante da dinâmica do processo histórico.

Por fim, cabe-nos reforçar a relevância que acreditamos existir numa análise que confronte simultaneamente os trabalhos de Febvre, Bloch e Thompson, bem como o motivo pelo qual as noções de estrutura e de processo nos parecem privilegiadas como parâmetros para a condução desse diálogo. Para tanto, é preciso ter em mente o fato de que não apenas as similaridades entre estes dois últimos autores nos parecem mais evidentes, como a própria referência a Bloch é a única explicitamente identificada em *A Miséria da Teoria*. Sem dúvida alguma, a ênfase privilegiada do historiador inglês nas proposições de Bloch merece uma investigação mais aprofundada, que foge ao escopo deste artigo. Acreditamos que o fato de Bloch estar mais próximo da história econômica, tão cara ao marxismo, constitui-se numa possível via explicativa para a maior familiaridade de Thompson com sua obra. Além disso, não devemos imputar a este historiador a mesma leitura que aqui fizemos dos trabalhos dos *Annales*. Sendo assim, o que apontamos como possíveis aproximações entre suas concepções teórico-metodológicas pode ter sido interpretado por Thompson como pontos de divergências fundamentais. Não se pode, ainda, desconsiderar a própria possibilidade de este historiador não ter tido acesso à obra de Febvre, o que explicaria a falta de menção a sua obra no trabalho de Thompson.

De qualquer forma, o que nos parece relevante neste estudo comparativo é a fertilidade, em termos da teoria e da prática da disciplina histórica, de uma reflexão articulada sobre as questões discutidas por esses historiadores – as quais, conforme procuramos demonstrar, revelam-se por meio de uma análise que persiga suas noções de estrutura e de processo. Isto

porque, no caso dos *Annales*, a ênfase no “contexto estrutural” que comporta o fenômeno estudado aparece como uma decorrência direta de suas preocupações com a substituição da história tradicional por uma história explicativa, de onde derivam suas principais formulações teórico-metodológicas. No caso de Thompson, a tentativa de reinserir o processo na história, recuperando o marxismo na sua originalidade, leva-o a reagir contra uma dada concepção de estrutura – o estruturalismo althusseriano – extraíndo daí os termos centrais de sua proposição historiográfica: a noção de *experiência* e o conceito de *classe*. Em ambos os casos, portanto, as noções de estrutura e de processo parecem-nos funcionar como os catalisadores dos termos de um debate por meio do qual esses historiadores elaboram suas próprias apologias acerca da disciplina histórica.

Bibliografia

- ABELOVE, H. 1982. “E.P. Thompson. The Poverty of Theory”, *History and Theory. Studies in the Philosophy of History*, vol. XXI, n. 1..
- BLOCH, M. 1982. *A Sociedade Feudal*. Lisboa, Edições 70.
- _____. 1965. *Introdução à História*. Lisboa, Publicações Europa-América.
- BURGUIÈRE, A. 1993. “La notion de “mentalités” chez Marc Bloch et Lucien Febvre: deux conceptions, deux filiations”, *Revue de Synthèse*, 111-112, jul-dez.
- BURKE, P. 1978. “Reflections on the Historical evolution in France: The *Annales* School and British Social History”, *Review*, vol. 1, n. 3/4. Inverno-verão.
- _____. 1992. *A Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo, Unesp.
- FEBVRE, L. s/d. (a). *O Problema da Descença no Século XVI: a religião de Rabelais*. Lisboa, Início.
- _____. s/d. (b). “Contra duas filosofias oportunistas da

- história: de Spengler a Toynebee”, in: Mota, C.G. (org.) *Febvre*, São Paulo, Ática.
- KAYE, H.J. 1989. “Los Historiadores Marxistas Británicos”, *Ciencias Sociales*.
- LE GOFF, J. 1993 *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes.
- MOTA, C. G. (org.). s/d. *Febvre*. São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- THOMPSON, E.P. 1981. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. 1987. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 vols.
- _____. s/d. “Tiempo, Disciplina de Trabajo y Capitalismo Industrial”, in: *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona, Editorial Critica.
- _____. 1972. “Antropology and the discipline of historical context”, *Midland History*, vol. 1, n. 3, primavera, pp. 41-45.